



Atribuição-NãoComercial-Compartilhável - CC BY-NC-SA



As dificuldades da Gestão Financeira dos Servidores do Governo do Estado do Amapá

Anderson Cleyton Barros de Miranda-Universidade Federal do Amapá-UNIFAP-Brasil¹

Robson Antonio Tavares Costa Universidade Federal do Amapá-UNIFAP-Brasil²

Mário Mendonça Neto-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN-Brasil³

Resumo

O Estado do Amapá vive atualmente uma forte dependência econômica do funcionalismo público claramente observada nos servidores estaduais. Este documento apresenta o estudo sobre as dificuldades da gestão financeira dos servidores do Governo do Estado do Amapá e a relação com a modalidade de empréstimo crédito consignado. O objetivo do estudo é conhecer e analisar o nível de endividamento dos servidores estaduais na modalidade de empréstimo crédito consignado e propor práticas de Gestão de Orçamentos e Finanças Pessoais para mitigar e eliminar esse nível de endividamento. A metodologia utilizada foi a lógica de dedução, através de coleta de dados quantitativo e qualitativo e amostragem, organização e análise de dados junto a Secretaria de Estado de Administração do Amapá – SEAD e entrevistas com um universo de 20 servidores públicos do Estado do Amapá, fragmentados em 5 de cada área de atuação profissional. Com este estudo foi possível verificar a falta de planejamento de gestão financeira e pessoal, dos servidores do Governo do Estado do Amapá.

Palavras-chave: Empréstimo. Endividamento. Planejamento. Controle.

1 INTRODUÇÃO

As modificações que são apresentadas cotidianamente sejam na esfera econômica, tecnológica e social, pressupõem que tanto as empresas como as famílias são merecedoras de um planejamento financeiro, que possa fortemente auxiliar no caminho a ser seguido.

Cada vez mais a literatura especializada em gestão financeira e notáveis nomes apresentam-se no cenário econômico enfatizando e exemplificando as pessoas, os riscos eminentes oriundos da falta de planejamento financeiro. Esta é uma atitude que deve nascer na base educacional. Segundo Cerbasi (2010) “enquanto nosso modelo de educação negligenciar a necessidade de ensinar nossos jovens a empreender e planejar sua vida, mais resignação e conformismo teremos entre os trabalhadores deste país”.

A ausência de planejamento em qualquer esfera da vida é capaz de levar empresas a falência e em se tratando de pessoas, com a fragilidade humana, serem sucumbidas ao fracasso emocional.

1acleyton511@hotmail.com

2 ratcosta@gmail.com

3mariomacneto@gmail.com

Miranda, A.C.B., Costa, R.A.T., Neto, M.M.; O Processo De Sucessão Em Empresas Familiares: Um Estudo De Casos Múltiplos No Cariri Cearense. Revista Portuguesa de Gestão Contemporânea, V.2, Nº1, p.70-75, Jan/Jul. 2021. Artigo recebido em 15/07/2021. Última versão recebida em 28/07/2021. Aprovado em 15/08/2021.

Oliveira (2013) nos apresenta seu método MOBILE (Figura 1), que utiliza há cinco anos, afirmando que é possível com disciplina, viver bem de acordo com o que se ganha e ainda assim garantir o conforto pessoal e realizar objetivos.



Figura 1 – Modelo MOBILE
Fonte: Oliveira (2013).

No cenário regional, no Estado do Amapá temos o endividamento dos servidores públicos estaduais, na modalidade de empréstimo crédito consignando, em que os pagamentos das parcelas são debitados diretamente no contra cheque dos servidores, é bastante elevado, considerando o impacto financeiro e social no nível de endividamento desses servidores, do ponto de vista econômico, destacando o elevado número de servidores públicos que não conseguem fazer uma gestão efetiva e organizada de seus vencimentos salariais de acordo com suas reais necessidades de consumo.

A razão da escolha do tema se deu mediante a observação do endividamento das famílias amapaenses, seus problemas e dilemas enfrentados mediante a falta de planejamento financeiro familiar. A metodologia lógica de dedução foi obtida com a coleta de dados quantitativos e qualitativos, organização e análise de dados junto a Secretaria de Estado de Administração do Amapá – SEAD e entrevistas com um universo de 20 servidores públicos do Estado do Amapá, fragmentados em 5 de cada área de atuação profissional.

Espera-se que com este estudo, possibilitar uma melhor relação de gestão de recursos financeiros e a melhoria da qualidade de vida desses servidores.

Não foram identificados estudos semelhantes no universo do estado sobre o tema proposto, o que justifica a intenção deste artigo, com a exploração do problema da pesquisa e a hipótese do estudo proposto.

2 DESENVOLVIMENTO

O Brasil já foi um dos países de maior inflação do mundo. Experimentamos o controle de nossa inflação há exatos 20 anos quando o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso juntamente com sua equipe econômica lançou o Plano Real, que pôs fim a um longo

período de desvalorização de nossa moeda. Em decorrência dessa instabilidade econômica o trabalhador brasileiro foi obrigado a conviver com uma realidade de incerteza em relação ao poder de compra do dinheiro ganho com o fruto de seu trabalho.

O descontrole econômico do país causou sequelas no modo de administrarmos nossas finanças pessoais. Havia a necessidade de se gastar o que se tinha disponível em dinheiro antes que esse se desvalorizasse perdendo poder de compra. Gastar tornou-se questão de sobrevivência. Foi nesse cenário que os brasileiros desenvolveram a cultura do consumo imediato em detrimento do hábito de poupar para depois gastar.

Atualmente vivemos uma realidade bem diferente, temos a inflação relativamente controlada se compararmos os números com os da década de oitenta, por exemplo. A tão sonhada estabilidade de nossa moeda aconteceu, nosso dinheiro passou a ter poder de compra, a economia brasileira estabilizou-se e nos proporcionou experimentar as mudanças ocorridas em função desta nova realidade. Segundo Rocha et al (2012) “com a estabilidade da economia brasileira, conquistada com o Plano Real, que gerou confiança nos investidores externos e fez com que as pessoas conseguissem pensar em médio e longo prazo sobre suas finanças, fazendo-se necessária uma aprendizagem sobre como administrar o próprio dinheiro”.

O nível de emprego no país aumentou, é de conhecimento noticiado nas mídias que muitos brasileiros saíram da linha de miséria, em decorrência dos programas de transferência de benefícios do Governo Federal como Bolsa Família ou com seus próprios esforços, e temos ainda os que ascenderam a Classe C, o que foi de uma ordem nunca antes vista em nosso país.

O nível de escolaridade do brasileiro aumentou e hoje temos uma quantidade, como nunca tivemos em outros tempos, de alunos matriculados nas universidades e faculdades em todas as regiões do país. Junto a essas mudanças econômico-social ocorreram alterações na maneira das empresas e do sistema financeiro atuarem para atender os anseios dessa nova classe de consumidores.

Temos hoje uma crescente oferta de facilidades de acesso aos créditos: desde oferta de cartões de crédito pelas mais diversas empresas, passando pelas concessionárias de veículos ofertando crédito para financiamento rápido e fácil, até o sistema bancário ofertando os mais diversos tipos de empréstimos com prazos de até 120 meses para pagar, financiamentos habitacionais com prazos de até 420 meses, somente para citar alguns exemplos.

Se de um lado temos uma economia que permite que nossos trabalhadores possam ascender socialmente e passar a ter hábitos de consumo que antes não tinham, por outro há uma enorme oferta de crédito por parte de bancos e participantes do sistema financeiro brasileiro em geral. Carros, casas, roupas, viagens e até cirurgia estética são exemplos de bens e serviços de consumo que podem ser adquiridos através de empréstimos e financiamentos. As facilidades de se obter crédito, a cultura do consumo, e principalmente a falta de uma educação financeira de poupar hoje para consumir futuramente nos levaram a chegarmos aos patamares de endividamento que temos nos dias atuais.

Assim como experimentamos o bônus da estabilidade econômica, tivemos que nos acostumar com o ônus da inadimplência e do endividamento das famílias brasileiras. A questão dos juros "não se restringe ao mundo das finanças, mas atinge as mais diversas e surpreendentes esferas da vida prática, social e espiritual, a começar pelo processo de envelhecimento a que nossos corpos estão inescapavelmente sujeitos" (GIANETTI, 2012)

No Estado do Amapá, assim como em outros estados do país, essas mudanças são perceptíveis através das mais diversas opções de consumo existentes. Atualmente vemos Shopping Centers, edifícios comerciais e habitacionais na cidade de Macapá como exemplo do novo cotidiano dos amapaenses. Porém, em um aspecto nosso Estado se diferencia da

maioria de nosso país: não temos indústrias. Nossa economia está diretamente ligada à prestação de serviços e principalmente ao funcionalismo público. Os servidores do Governo do Estado são a representação da dependência econômica que o estado tem do funcionalismo público para sua sobrevivência.

O comércio amapaense é dependente direto e indireto do poder de consumo desses servidores. Ao consumir, o servidor público estadual acaba adquirindo bens e serviços que antes não estavam a sua disposição como os que temos no cenário atual. Assim como em outros estados do Brasil, temos no Amapá as mesmas dificuldades de cultura e educação financeiras na maneira como lidamos com o próprio dinheiro.

A crença dos servidores de que a estabilidade do funcionalismo público traz segurança financeira, claramente os leva a assumir compromissos que aparentemente não os afetará economicamente no curto prazo, porém com o passar do tempo é notório esses servidores perceberem que as dificuldades financeiras fazem parte de sua realidade e que o custo para si e suas famílias é penoso e alto.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca de diminuir o endividamento, os servidores estaduais acabam recorrendo aos bancos através de empréstimos cuja modalidade é conhecida como crédito consignado, onde mediante acordo com os bancos esses servidores adquirem crédito com taxas de juros reduzidas em relação às demais modalidades de crédito, tendo os bancos como contrapartida, os descontos das prestações desses empréstimos diretamente no contracheque dos servidores através de convênio entre o Governo do Estado e os bancos.

Mas mesmo com linhas de créditos com juros mais baixos esses servidores acabam tomando mais créditos comprometendo ainda mais seus orçamentos familiares e consequentemente seu bem estar social.

O processo de eliminação de endividamento desses servidores passa por etapas como: levantamento da situação econômica atual de cada devedor, enumerando receitas e despesas que uma vez detalhadas deverão ser trabalhadas passando para a etapa de planejamento de gastos, adequando-os as receitas as despesas de forma a eliminar os que não forem essencialmente necessários para a sobrevivência.

Essas mudanças de paradigmas deverão ocorrer de acordo com o nível de endividamento de cada endividado, porém o controle de gastos obdecem os mesmos critérios de importância, de maneira a suprimir estes gastos e fazer com que os servidores do estado do Amapá possam vivenciar uma nova educação financeira e assim uma nova maneira de se relacionar com os recursos provenientes de seus vencimentos salariais, tornando-se agentes ativos na gestão de seus recursos financeiros, saindo da condição de perdulários para a de credores.

O estudo sobre o endividamento dos servidores estaduais tem relevância para o planejamento financeiro desses servidores e para a economia do Estado.

REFERÊNCIAS

CERBASI, G. **O preço da educação**. Administradores – O portal da Administração, 2010. Disponível em:

<<http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/o-preco-da-educacao/46311/>>.

Acessos em: 04 jun. 2014.

GIANETTI, E. **O valor do amanhã**: ensaio sobre a natureza dos juros. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 201 p.

OLIVEIRA, C. **Economizar sem perder o prazer de viver**. São Paulo: All Print, 2013. 130 p.

ROCHA, R. H.; TORRALVO, C. F.; SOUZA, A. F. de. **Planejamento financeiro pessoal e gestão do patrimônio**: fundamentos e prática. São Paulo: Atlas, 2012. 184 p.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CERBASI, G. **Dinheiro**: os segredos de quem têm. São Paulo: Gente, 2003. 181 p.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Normas para apresentação de monografia**. 3. ed. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2003. 95 p. Disponível em: <www.fgvsp.br/biblioteca>. Acesso em: 23 set. 2004.

IENH. **Manual de normas de ABNT**. Disponível em: <www.ienh.com.br>

OLIVEIRA, N. M.; ESPINDOLA, C. R. **Trabalhos acadêmicos**: recomendações práticas. São Paulo: CEETPS, 2003.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia científica**: abordagem teórico-prática. 10 ed. rev. atual. Campinas: Papirus, 2004.

Abstract

The State of Amapá is currently experiencing a strong economic dependence on civil servants, clearly observed in state employees. This document presents the study on the difficulties of financial management of Amapá State Government servants and the relationship with the payroll-deductible loan modality. The objective of the study is to understand and analyze the level of indebtedness of state employees in the payroll-deductible loan modality and propose Budget Management and Personal Finance practices to mitigate and eliminate this level of indebtedness. The methodology used was the logic of deduction, through quantitative and qualitative data collection and sampling, organization and analysis of data with the Amapá State Secretariat for Administration - SEAD and interviews with a universe of 20 public servants of the State of Amapá, fragmented into 5 of each area of professional practice. With this study, it was possible to verify the lack of financial and personal management planning of the Amapá State Government servants.

Keywords: Loan. Indebtedness. Planning. Control.

Resumem

El estado de Amapá está experimentando actualmente una fuerte dependencia económica de los funcionarios públicos, claramente observada en los empleados estatales. En este documento se presenta el estudio sobre las dificultades de la gestión financiera de los servidores del Gobierno del Estado de Amapá y la relación con la modalidad de crédito nómina deducible. El objetivo del estudio es comprender y analizar el nivel de endeudamiento de los empleados estatales en la modalidad de préstamos deducibles de nómina y proponer prácticas de Gestión Presupuestaria y Finanzas Personales para mitigar y eliminar este nivel de endeudamiento. La metodología utilizada fue la lógica de la deducción, mediante recolección y muestreo de datos cuantitativos y cualitativos, organización y análisis de datos con la Secretaría de Administración del Estado de Amapá - SEAD y entrevistas con un universo de 20 servidores públicos del Estado de Amapá, fragmentados en 5 de cada área de práctica profesional. Con este estudio se pudo constatar la falta de planificación financiera y de gestión personal de los servidores del Gobierno del Estado de Amapá.

Palabras clave: Préstamo. Endeudamiento. Planificación. Control.